



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE JULHO DE 2021

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Eláccio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 13 horas e 10 minutos.

Antes da Ordem do Dia.- Procedeu-se à tomada de posse de um Deputado à Assembleia Nacional.

Deu-se conta da leitura dos expedientes que deram entrada na Mesa.

Ordem do Dia - Foram aprovados na generalidade, especialidade e em votação final global, os Projectos de Resolução n.º 84/XI/6.ª/2021 – Assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, com destino a Malabo – República da Guiné Equatorial; n.º 85/XI/6.ª/2021 – Assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território

Nacional, com destino às Repúblicas da Guiné Bissau e de Portugal;

n.º 86/XI/6.ª/2021 – Assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, com destino a Luanda – Angola, a fim de participar na XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Por fim, o Plenário reagendou o debate de urgência sobre o reajuste salarial e plantação de canábis no País para o dia 13 de Julho. Intervieram os Srs. Deputados Danilo Santos (ADI), José António Miguel (ADI), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Arlindo Ramos (ADI) e Esmael Espírito Santo (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
Arlindo Ramos
Arlindo Santos Quaresma
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Esmael da Glória do **Espírito Santo**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Milton Viegas Fernandes **Lima**
Paulo Jorge **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José **da Costa**
Adilson dos Reis **Vaz**
Ana Isabel Meira **Rita**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Ayza Fortes **da Silva**
Cristina Maria **Dias**
Danilo das Neves dos **Santos**
Eláccio Afonso **da Marta**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Gelsa Pinto da **Silva**
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
Izalde Lopes do Sacramento **Rita**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
José Rui **Tavares** Cardoso
Ketty-Keyla Neto da Silva **Borges**
Leonilda Maria Trovoada de A. Pires **dos Santos**
Maiquel Jackson do **Espírito Santo**
Maria das Neves Batista de Sousa
Maurício Vera Cruz Afonso **Rita**
Paula Maria Fonseca **Tavares**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Felisberto Fernandes **Afonso**
Jamiel Joana **Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes

Júlio Lopes Lima a **Silva**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos, começando com a investidura de um Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa, para a leitura do Termo de Posse.

O Sr. **Secretário** (Elákcio da Marta): — Sr. Presidente, a Mesa recebeu um pedido de substituição do Movimento de Cidadãos Independentes, de Caué e, com a sua permissão, vou proceder à leitura do Termo de Posse.

«Termo de Posse do Deputado à Assembleia Nacional.

Aos nove dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte, compareceu ao Plenário da Assembleia Nacional o Sr. Deputado substituto Júlio Lopes Lima da Silva, em substituição do Sr. Deputado António Monteiro Fernandes, do Círculo Eleitoral de Caué, tendo o mesmo prestado juramento nos seguintes termos:»

O Sr. Deputado prestou juramento nos termos constitucionais.

O Sr. **Secretário** (Elákcio da Marta): — «E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelo empossado e por mim, o Secretário que o lavrou.»

O Sr. **Presidente**: — Estando presentes 40 Deputados na Sala, peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura e o anúncio dos expedientes realizados pela Mesa.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional e dos órgãos da Comunicação Social aqui presentes, permitam-me saudá-los.

Como manda o Regimento, nos termos do artigo 83.º, ponto 1, alínea a), passo à apresentação dos anúncios dados entrada na Mesa da Assembleia, os mais importantes, começando naturalmente pela nossa Casa, as iniciativas dos Grupos Parlamentares e dos Deputados. Não se verificou qualquer iniciativa em termos de legislação, mas para recordar que na sessão plenária anterior já tínhamos feito anúncio de alguns diplomas, por iniciativa de Deputados. Vou destacar apenas algumas delas: Lei Contra a Poluição Sonora, Lei Base da Saúde, dentre outras.

Ao nível dos Grupos Parlamentares, tivemos um pedido de debate de urgência introduzido pelo Grupo Parlamentar da Coligação, dado entrada, creio, antes de ontem, sobre duas temáticas, designadamente, o plantio de canábis e a grelha salarial, que se encontra na Assembleia já há algum tempo, e essa carta é datada de 5 de Julho.

Ao nível do Governo, temos como iniciativa apenas um assunto, pelo menos da última plenária até agora, que tem a ver com o Estatuto Remuneratório da Função Pública, assunto que está em três Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, designadamente, 1.ª, 2.ª e 3.ª Comissões.

Sobre este pacote, também recebemos do Governo alguns memorandos assinados no quadro desta reforma salarial. Um primeiro memorando tem a ver com os funcionários e quadros das empresas e institutos públicos. Estou a referir-me à ENAPORT, à ENASA, à EMAE e ao INAC.

Também do Governo, um memorando de entendimento assinado entre os Srs. Ministros do Planeamento, Finanças e Economia Azul e da Reforma do Estado e Descentralização e o Sindicato dos Funcionários Bancários e Parabancários.

Também outro memorando de entendimento entre o Ministério do Plano e Finanças e o Sindicato dos Funcionários Parlamentares e dos Órgãos Autónomos.

Todos esses assuntos, de acordo com o despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foram remetidos às comissões competentes em razão da matéria, que estão com esses diplomas na sua discussão, para emissão de parecer na generalidade.

Também recebemos uma reclamação, ou uma proposta da Associação Sindical dos Magistrados Judiciais, que fazem uma proposta, ou uma contraproposta em relação ao artigo 14.º desta lei, ou seja, Estatuto Remuneratório da Função Pública.

Todos esses documentos encontram-se nestas três comissões, como aqui já tinha referido, 1.ª, 2.ª e 3.ª Comissões.

Também ao nível da presidência da república houve três pedidos de assentimento, sobre dois deles a Conferência de Líderes já se pronunciou. Um primeiro pedido faz referência à deslocação do Sr. Presidente da República a Guiné Equatorial, por um período de 6 dias, foi a partir de 4 de Maio de 2021.

Um segundo pedido, que tem a ver também com a saída do Sr. Presidente da República com destino a Guiné-Bissau e à República de Portugal. Estas duas deslocações já aconteceram, todavia, por uma questão de formalização, estão agendados para esta reunião plenária.

A última proposta de resolução tem a ver com o pedido do Sr. Presidente da República para se ausentar do País, com destino à República de Angola, por um período de três dias, a partir de 15 de Julho, para participar na Conferência dos Chefes de Estado da CPLP.

Sr. Presidente, penso que são esses os assuntos mais destacados que deram entrada na Mesa da Assembleia e, eventualmente, se houver da parte dos Srs. Deputados alguma outra informação ou pedido de esclarecimento, estamos abertos para os prestar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, feita a leitura dos expedientes realizados pela Mesa, passemos agora às declarações políticas.

A Mesa recebeu três pedidos, pelo que convido de imediato o Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD...

O Sr. **Salcedas Barros** (ADI): — A rádio não está a transmitir, o povo lá fora quer ouvir.

Murmúrios e protestos do ADI.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, segundo o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, os técnicos estão a caminho, para aguardarmos mais 5 minutos.

Enquanto se aguarda a chegada do técnico, a Mesa gostaria de propor, pese embora as prioridades regimentais, mas a plenária é soberana, que comecemos a aprovar as resoluções de Assentimento, que não têm grande relevância de ser público, depois retomariamos as declarações políticas.

Gostaria de ouvir a reacção dos Grupos Parlamentares.

A Coligação tem alguma oposição?

Não se opõe.

O MLSTP/PSD também não?

O Grupo Parlamentar do ADI também não se opõe.

Então, passemos de imediato ao ponto da ordem do dia, o ponto 1.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa que faça a apresentação do projecto de resolução que dá o assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, com destino a Guiné-Equatorial. Já é um acto consumado, mas apenas para legalizar.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos como o primeiro ponto da ordem do dia, como disse já o Sr. Presidente, que tem a ver com a votação na generalidade, especialidade e final global dos Projectos de Resolução n.º 84/XI/6.ª/2021 – Assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional com destino à República da Guiné-Equatorial, assunto este que já tinha sido analisado em Conferência de Líderes; n.º 85/XI/6.ª/2021 – Assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional com destino à República da Guiné-Bissau e à República Portuguesa, assuntos já visto em Conferência; e, por último, n.º 86/XI/6.ª/2021 – Assentimento a Sua Excelência o Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, em missão oficial, a Angola, para participar na XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, entre os dias 15 e 17 de Julho corrente.

Este é o primeiro ponto da ordem do dia e poderia fazer já a apresentação dos projectos de resolução, passando ao primeiro:

«Projecto de Resolução n.º 84/XI/6.ª/2021 – Assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional com destino a Malabo – República da Guiné Equatorial.

Preâmbulo.

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 27 de Abril do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, ao Presidente da República, para se ausentar do Território Nacional, com destino à República da Guiné Equatorial, no dia 4 de Maio do corrente ano, por um período de (6) seis dias, para participar na Cimeira de Negócios da Comunidade Económica e Empresarial da CPLP, cuja realização está prevista para os dias 5 a 7 de Maio do corrente ano.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 28 de Abril de 2021.

O Presidente da Assembleia Nacional, Interino, *Levy do Espírito Santo Nazaré.*»

Este é o teor do primeiro projecto de resolução.

Segundo, «Projecto de Resolução n.º 85/XI/6.ª/2021 – Assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, com destino às Repúblicas da Guiné-Bissau e de Portugal.

Preâmbulo.

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República, através da sua missiva datada de 27 de Abril do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 85.º da Constituição, para que o Presidente da República possa se assentar do Território Nacional, com destino à República da Guiné-Bissau, em visita oficial, por um período de 20 dias, a partir do dia 15 de Maio, e seguindo-se à República Portuguesa, em visita privada.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 5 de Maio de 2021.

O Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Interino, *Levy do Espírito Santo Nazaré.*»

Podemos passar para o outro projecto de resolução, que é o último.

«Projecto de Resolução n.º 86/XI/6.ª/2021 – Assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, com destino a Luanda – Angola.

Preâmbulo.

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 1 de Julho do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, para que o Presidente da República se ausente do Território Nacional, no dia 15 de Julho do corrente ano, com destino a Luanda, República de Angola, a fim de participar na XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, entre os dias 15 e 17 de Julho de 2021.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, São Tomé, 6 de Julho de 2021.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Delfim Santiago das Neves.*»

Muito Obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Como vêem, o preâmbulo é uniforme, só muda o destino, o artigo também só muda o destino e as datas de permanência.

Sendo assim, vamos submeter à apreciação da Assembleia as respectivas resoluções sequenciais.

Estamos a apreciar o Projecto de Resolução n.º 84/XI/6.ª/2021, na generalidade.

Não sendo o caso, podemos submeter à votação?

Submetido à votação, foi aprovado, com 43 votos a favor.

Preâmbulo, alguma correcção? Proposta de alteração?

Não é o caso.

Submetido à votação, foi aprovado, com 43 votos a favor.

Artigo 1.º, alguma reacção, proposta de aditamento, emenda ou alteração?

Não é o caso.

Submetido à votação, foi aprovado, com 43 votos a favor.

Artigo 2.º, entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado, com 43 votos a favor.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 43 votos a favor.

Passemos de mediato ao Projecto de Resolução n.º 85/XI/6.ª/2021, estamos apreciar na generalidade.

Alguma reacção?

Não sendo caso, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com 42 votos a favor.

Passemos à apreciação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado, com 42 votos a favor.

Artigo 1.º, alguma reacção?
Não sendo o caso, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado, com 42 votos a favor.

Artigo 2.º, entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado, com 42 votos a favor.

Votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 42 votos a favor.

Passemos à apreciação do Projecto de Resolução n.º 86/XI/6.ª/2021, estamos apreciar na generalidade.
Alguma reacção?
Esta última é recente e o Presidente viajará no dia 15.
Alguma reacção?
Não sendo o caso, submetemos à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 42 votos a favor.

Passemos de mediato à apreciação na especialidade. Preâmbulo. Alguma reacção?
Não sendo o caso, passemos à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 42 votos a favor.

Sra. Deputada Maria das Neves, só 1 minuto, porque estamos na votação, não se pode entrar.

Artigo 1.º, alguma reacção?

Submetido à votação, foi aprovado, com 42 votos a favor.

Artigo 2.º, entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado, com 42 votos a favor.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 42 votos a favor.

Ainda não chegou o técnico da Rádio Nacional, os Deputados que entraram agora podem ocupar os seus respectivos lugares. Temos que tomar uma decisão.

Segundo as informações, a Rádio Nacional está a ponderar a impossibilidade de vir, por causa da responsabilidade com os tempos de antena. A lei impõe, sim, mas a lei não impõe a hora do início. Portanto, é a nossa opinião que a Rádio Nacional deve estar presente na sessão plenária e, assim que concluir a sessão, retomar os tempos de antena, mas têm outra apreciação de que a hora do início dos tempos de antena é fixada pela Comissão Eleitoral. Não é esta a nossa apreciação, pode começar às 15, como 16 ou 17 horas. A Lei impõe que deve haver o tempo de antena, mas não fixa o seu início nem o termo, tendo em conta o número de candidatas.

Gostaria de ouvir a reacção das Sras. e Srs. Deputados, sobretudo os grupos parlamentares. Fazemos com a gravação da TVS, que está cá presente, ou vamos ter que suspender e retomar, se calhar, no sábado, amanhã, que não tem tempo de antena? Hoje tem tempo de antena, aí não podemos fugir, se bem que na nossa apreciação não é que inicie peremptoriamente às 15 horas.

Podemos suspender e retomar amanhã, às 9 horas?

São sugestões que vão ser submetidas à apreciação do Plenário, nada está a ser imposto.

Continuamos com a televisão que está a gravar ou suspendemos e retomaremos amanhã às 9 horas?

São sugestões da Mesa e caberá o Plenário decidir.

Murmúrios.

A última informação é que a Rádio Nacional está a fazer a gravação e pode passar depois do tempo de antena ou amanhã.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, Srs. Técnicos, saudações.

Se o problema, hoje, a colocar é a gravação, quer dizer que daqui até o dia 15 vamos ter sempre este problema. Para o fim-de-semana, temos que pensar todos, porque neste período de campanha é muito complicado.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Vamos à votação.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, na nossa opinião, amanhã, seria um bocado difícil. Também vou na mesma lógica do Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD. Não podemos abrir precedentes.

Proceder à gravação da sessão plenária através da Rádio Nacional para depois passar, para nós, não, tem-se que passar em directo. Podemos abrir precedentes.

Poderíamos agendar para a Terça-feira a sessão plenária e não no Sábado.

É a nossa opinião.

O Sr. **Presidente:** — Não nos esqueçamos dos custos e da presença dos Deputados do Príncipe.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Não tenho nenhuma objecção.

O Sr. **Presidente:** — Vamos submeter à votação as duas sugestões.

A Mesa fez duas propostas. A primeira, continuarmos com a gravação da televisão e da Rádio, que também está a gravar. Esta é uma possibilidade. A outra é adiar para amanhã, às 9 horas, e a terceira proposta seria na Terça-feira. Temos três propostas sobre a mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, quero dizer que o tempo de antena não é mais do que a Assembleia Nacional, ou seja, a sessão plenária.

Uma Voz: — Exactamente.

Aplausos.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Somos dois Deputados e o nosso candidato irá ao Distrito de Lembá, amanhã, não teremos tempo para estar cá. Não gosto de faltar às sessões plenárias.

O Sr. **Presidente:** — Propostas concretas. Mantêm-se três propostas sobre a mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Acho que inicialmente houve um erro de análise e de marcação desta sessão plenária para hoje. Estamos num período complicadíssimo de campanha eleitoral, onde todos os órgãos de comunicação social estão envolvidos na cobertura das campanhas e de certeza que iria dar nisto que estamos a assistir agora. Por isso, a minha sugestão é para adiar esta sessão para uma data posterior ao dia 18. No dia 20 de Julho voltaremos cá.

O Sr. **Presidente:** — Já há quatro propostas, se calhar há uma quinta. Propostas concretas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Esmael Espírito Santo.

O Sr. **Esmael Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, acho que dadas às circunstâncias e a matéria que estamos a analisar, tendo em conta o interesse do País, os termos agendados, não subscrevo nenhuma proposta que não fosse de um debate, pelo menos, para a Terça-feira. Segunda-feira é feriado, Terça-feira é um dia que todos poderíamos vir cá para discutirmos e analisarmos as matérias que estão agendadas para o debate de hoje, que o povo precisa acompanhar atentamente.

Esta é a minha opinião.
Para depois da campanha, acho que seria bastante inválido.

O Sr. **Presidente**: — Apenas para subscrever a proposta de sessão para Terça-feira.
Portanto, temos quatro propostas sobre a mesa, vamos submeter todas elas à votação.
Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, há mais um assunto que temos que pôr em cima da Mesa. Para a sessão de Terça-feira, de acordo com as informações que temos, se os Deputados do Príncipe não viajarem na Terça-feira, e o Sr. Presidente sabe em que condições viajarão, não há lugar até o dia 17, correm o risco de não poderem votar. Só se o voo que eventualmente vão apanhar for para depois da sessão plenária. Se for depois da sessão plenária, acaba a sessão, apanham o avião e seguem. Acho que encontramos um meio-termo, para equilibrar a situação.

O Sr. **Presidente**: — As informações sobre o voo e os lugares são dos serviços, tanto mais que só se conseguiu dois lugares para os cinco Deputados do Príncipe. Para os próximos voos, só há vaga para o dia 17.

Uma voz: — Sr. Presidente, suspenda para a Terça-feira.

O Sr. **Presidente**: — É unânime?
Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é uma questão directa ao Sr. Ministro. A Rádio Nacional garante a presença na Terça-feira de manhã? É bom que tudo fique claro, para não termos outro bloqueio, quando chegarmos cá na Terça-feira.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, vamos suspender, para retomarmos na Terça-feira, às 9 horas.
Alguma opinião contrária?
Não?
Declaro suspensa a reunião.

Eram 14 horas.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):
Anaydi dos Prazeres **Ferreira**
Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
André Varela Ramos
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira de Almeida do **Sacramento** dos S.L.
Orlando Borges **da Mata**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):
Cristina Maria Fernandes **Dias**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**

Coligação PCD/MDFM-UDD:
Arlindo Vicente de Assunção **Carvalho**